

# Distúrbios nas ruas preocupam bancos internacionais

A análise é de um banqueiro estrangeiro: o "risco Brasil" agora pode aumentar.

Os distúrbios registrados ontem em São Paulo vão provocar uma mudança de atitude dos bancos e organismos internacionais de crédito em relação ao Brasil. Essa análise foi feita ontem, no Rio, por um executivo de um importante banco estrangeiro, segundo o qual o País passa, agora, a viver uma situação crítica, tanto externa como internamente, e, por isso, tudo é possível.

Assim, o acompanhamento da economia brasileira, segundo a fonte, deverá ser mais rigoroso ainda. Uma das primeiras consequências disso será a exigência, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), de que o Brasil envie mensalmente dados atualizados sobre seu comportamento econômico. Antes esses dados eram enviados uma vez a cada trimestre. Além disso, ainda esta semana o Banco Central iniciará contatos individuais com dirigentes ou representantes credenciados dos bancos estrangeiros, para avaliar o programa de ajuste do balanço de pagamentos de 1983.

Por enquanto, os credores preferem seguir os termos do acordo geral firmado entre os banqueiros e as autoridades brasileiras, em Nova York, a 25 de fevereiro último. Dentro deste acordo, será fundamental para o Brasil mostrar, ao final de junho, capacidade de alcançar a meta de superávit comercial de US\$ 6 bilhões, ao longo

deste ano. Porém, no Exterior, deverá causar impacto a notícia sobre a ocorrência de saques em estabelecimentos comerciais e o fechamento de agências bancárias ontem, no centro de São Paulo, o que pode determinar mudanças nos critérios de definição do risco Brasil pelos bancos internacionais e pelo próprio FMI.

Hoje, o Banco Central deverá divulgar, através de duas resoluções, a regulamentação para que os bancos possam iniciar a contratação dos empréstimos integrantes do jumbo de US\$ 4,4 bilhões e as operações comerciais com os tomadores finais. Até agora, a primeira parcela trimestral do jumbo — cerca de US\$ 2,5 bilhões — está sob a responsabilidade do Banco Central e os bancos, por questões comerciais, preferem pulverizar os recursos em empréstimos e estatais, subsidiárias de multinacionais ou mesmo às empresas privadas brasileiras.

Os bancos têm até o dia 10 de junho para formalizar o empréstimo junto aos tomadores finais. Do contrário, o tomador será o Banco Central. Na relação das estatais habilitadas a participarem do jumbo, as empresas do governo federal têm a preferência, em razão do aval da União. Mas os bancos com agências no Brasil também disputarão os contratos com empresas privadas, como decorrência da possibilidade de cobrança da co-

missão de repasse interno de até 8% sobre o valor da operação, dentro das regras da Resolução nº 63 do Banco Central.

Os encargos dos empréstimos componentes do jumbo são aqueles estabelecidos no acordo geral de 25 de fevereiro: *flat fee* — comissão — de 1,5%, *spread* — taxa de risco acima dos juros básicos do euromercado — de 2,125% ao ano para as operações diretas e de 2,25% para aplicações realizadas por intermédio do banco nacional, dentro das normas da Resolução 63. Na regulamentação de hoje, o Banco Central deverá esclarecer a questão da incidência do Imposto de Renda sobre os encargos dos empréstimos. De acordo com a legislação em vigor, o Banco Central não recolhe Imposto de Renda, ao contrário dos demais tomadores.

A regulamentação dos contratos dos empréstimos do jumbo aliviaria os saques automáticos das estatais junto ao Banco do Brasil para honrar compromissos externos e deverá conter a expansão do saldo de cobertura por conta do Aviso GB-588. Como até hoje as estatais estavam impedidas de contratar empréstimos, mesmo para girar as respectivas dívidas externas, só tinham a alternativa de sacar junto ao Banco do Brasil.

## Posição agressiva

Romper com o Fundo Monetário Internacional, convocar a Nação internamente e aliar-se com

outras nações devedoras foi o caminho indicado ontem, no Rio, pelo senador Saturnino Braga (PDT-RJ), como um primeiro passo para a mudança do modelo econômico do País. O parlamentar defendeu ainda a busca de uma posição mais agressiva, com a utilização do poder de barganha do País, para um reescalonamento da dívida externa.

"Isso poderia ser feito através de uma declaração unilateral do Brasil de que, no caso de não se obter esse reescalonamento, o País não tem condições de pagar o serviço da dívida externa. É uma moratória condicionada ao reescalonamento da dívida, é a única saída que temos" — disse.

Saturnino é de opinião que, para mudar o modelo econômico, seria preciso que os atuais ministros dessa área também fossem substituídos, "uma vez que eles não têm mais condições de alterar em 180 graus o rumo da política econômica do País".

"Eles vêm afirmando que o País tem condições de pagar a dívida externa, além de fazer toda espécie de concessão que é pedida ao Brasil e de concordar, até, em pagar juros cada vez mais altos. Até mesmo para se obter um amplo apoio interno, é preciso mudar os ministros que não têm mais a confiança de nenhum setor da sociedade brasileira" — observou Braga.